Aula 4

DIFERENÇAS ENTRE A LEITURA E A ESCRITA

META

Explanar os sistemas de escrita; estabelecer as diferenças entre a escrita e leitura, entre escrita como (de)codificação e como representação; definir leitura e escrita.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
estabelecer a relação entre o caráter bifásico do signo linguístico e os sistemas de escrita de que dispomos; entender as dificuldades dos(as) educandos(as) diante da dicotomia do signo linguístico; compreender as consequências da escrita como (de)codificação versus a escrita como representação; entender que as habilidades da leitura vão além dos aspectos linguísticos.

PRERREQUISITOS

Durante esta aula, é necessário que você acione o conhecimento até então construído. Além disso, é fundamental que você domine a teoria do mestre genebrino (Ferdinand Saussure) sobre o signo linguístico.

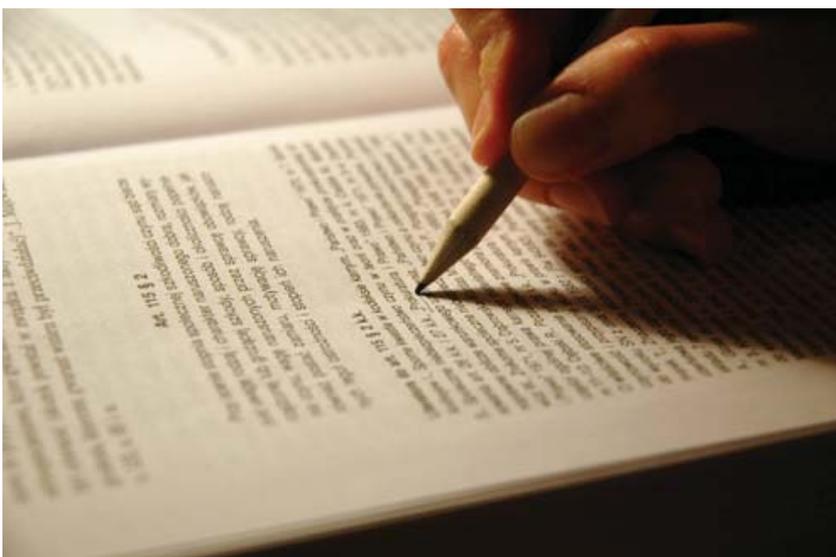



Imagem de uma pessoa fazendo uma leitura.
(Fonte: http://www.grupoescolar.com).

INTRODUÇÃO

Alguns conhecimentos sobre a escrita são fundamentais para que o(a) educador(a) exerça o seu papel de introdutor(a) da criança/do adulto no mundo da escrita. Nesse sentido, esta aula traz à baila questões esclarecedoras acerca de sistemas da escrita, para que, mais adiante, você entenda as teorias sobre a alfabetização. Destarte, trazemos algumas opiniões expressas por Cagliari (2002) para elucidar as questões referidas. Nesse percurso, estabelecemos um paralelo entre a escrita e a leitura, uma vez que os teóricos aqui abordados afirmam que a função da escrita é permitir a leitura. E, além do linguista anteriormente citado, expomos os pontos de vista de Ferreiro (1991), Kleiman (1989) e Kato (2003), com o fim específico de explicitar as diferenças entre essas duas modalidades da linguagem verbal. Nesse caminho, acrescentamos algumas reflexões sobre o papel da escola em relação a essas modalidades.

Imagem de um pessoa escrevendo um texto.
(Fonte: http://osaprendizes.files.wordpress.com).

A LEITURA/A ESCRITA

Para Cagliari (2002), o objetivo primordial da escrita é permitir a leitura. Esta, por sua vez, consiste em uma interpretação da escrita, baseando-se, inicialmente, em uma tradução dos símbolos escritos em fala. Nesse sentido, alguns tipos de escrita preocupam-se com a expressão oral; outros, com a transmissão de significados específicos, os quais, por seu turno, devem ser decifrados por alguém habilitado a fazê-lo. É o caso, por exemplo, dos sinais de trânsito. Por conseguinte, é importante discernir os sistemas de escrita, que são divididos em dois grandes grupos, quais sejam:

1. escrita baseada no significado. É o caso da escrita ideográfica. Como exemplo, temos os sinais de trânsito, os logotipos, escrita dos números e das notações científicas. A placa, por seu turno, consiste em uma escrita que procura não ter relação direta com a expressão sonora linguística, apresentando compromisso apenas com o valor semântico da mensagem. Nesse caso particular, os significados são mais abrangentes do que outros sistemas de escrita. Com efeito, esse sistema pode ser usado internacionalmente, de igual maneira, em regiões de cultura e línguas completamente diferentes. Nesse contexto, a escrita sai da expressão linguística, referindo-se a um pensamento não necessariamente de natureza linguística. Entretanto, uma placa e outros sinais só são considerados enquanto escrita quando alguém os interpreta e relaciona expressões de fala às formas gráficas, motivado pelo que interpretou. A simples indicação é uma representação semiótica, mas não é escrita.
2. escrita baseada no significante. É o caso da escrita fonográfica. Ocorre quando a escrita representa o significante sem revelar nada do significado: a transcrição fonética de uma língua desconhecida evidencia esse fato.

Quer num caso extremo, quer noutro, a escrita permite uma leitura, mas seu valor como código linguístico desaparece, uma vez que nesses casos não ocorre mais o signo linguístico, mas somente parte dele, ou seja, só o significado ou só o significante. As escritas que se colocam nesses extremos são muito restritivas e têm um uso bastante específico e limitado. Portanto, a escrita, para ser caracterizada como tal, precisa de um objetivo bem definido, que é fornecer subsídios para que alguém a leia, como inicialmente mencionado.

A partir de tais postulados, Cagliari (2002) faz a seguinte observação: "A motivação da escrita é sua própria razão de ser; a decifração constitui apenas um aspecto mecânico de seu funcionamento". No entanto, este autor adverte que a leitura não se reduz apenas à somatória dos significados individuais dos símbolos (letras, palavras etc.), mas obriga o leitor a enquadrar todos esses elementos no universo cultural, social, histórico etc.,

em que o escritor se baseou para escrever. A esse respeito, o autor (2002, p.105) faz a seguinte ilustração:

> Quando se faz um desenho de uma casa para representar o objeto casa, não se produz uma escrita. Mas, ao desenhar uma casa para que se diga casa, então está escrevendo a palavra casa. Aí está claramente exemplificada a diferença entre desenhar e escrever.

Dessa maneira, Cagliari (2002) lembra que a escrita começou a existir no momento em que o objetivo do ato de representar pictoricamente tinha como endereço a fala e como motivação fazer com que, através da fala, o leitor se informasse a respeito de alguma coisa. Recorda, então, que muitos sistemas de escrita se desenvolveram a partir de desenhos. Nessa perspectiva, defende que o caminho que a criança percorre na alfabetização é semelhante ao processo de transformação pelo qual a escrita passou desde a sua invenção.

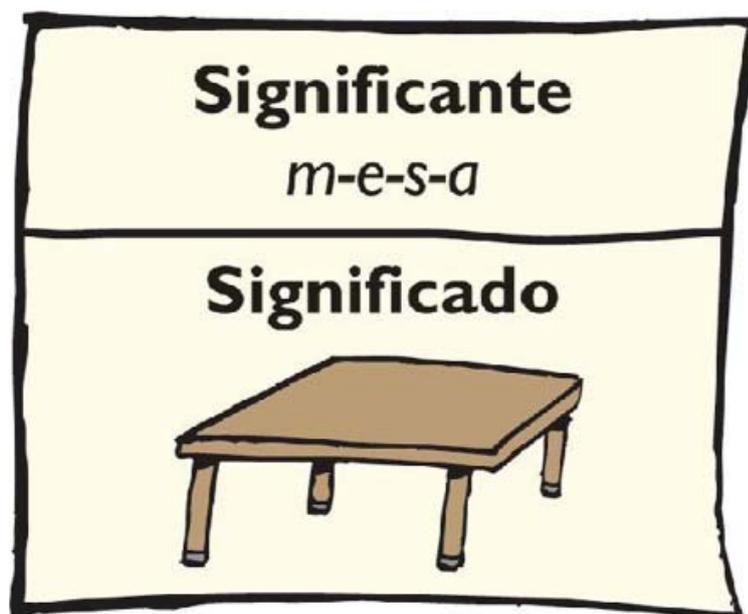
É nesse contexto de revisão teórica que trazemos contribuições de outros autores acerca desse assunto (ler/escrever). Para Kleiman (1989), Ferreiro (1991), Kato (2003), a leitura ocorre muito antes de se alfabetizar a criança, pois esta desenvolve um código para ler através de símbolos, tais como as embalagens dos produtos, realizando uma leitura icônica. No âmbito da escola, Ferreiro (1991) afirma que, enquanto na tradição norte-americana a leitura precede a escrita, na latino-americana há uma introdução conjunta das duas modalidades. Verifica-se ainda que a aprendizagem da criança na escola está fundamentada na escrita/leitura. No entanto, esta não deve consistir em um mero ato mecânico de decodificação, mas ato cognitivo e social, uma vez que implica uma interação entre autor e leitor, obedecendo a objetivos e necessidades determinados.

É nesse caminho que Kleiman (1989, p. 10) defende o seguinte ponto de vista: "[...] a compreensão de um texto envolve a compreensão de frases e sentenças, de argumentos, de provas formais e informais, de objetivos, de intenções, muitas das vezes de ações e de motivações [...]." Acrescenta que a compreensão de um texto implica conhecimento prévio: conhecimentos linguísticos e extralinguísticos. O leitor utiliza o conhecimento adquirido durante toda a sua vida. Por causa dessa utilização, a leitura é considerada como um processo interativo.

Os conhecimentos linguísticos implicam desde a pronúncia do português, o vocabulário, as regras da língua até o uso desta. Implicam também as noções e conceitos sobre textos (conhecimento textual). Isso porque quanto mais conhecimento textual o leitor tiver, mais fácil será a sua compreensão. É assim que essa linguista explica sua tese: "[...] o conhecimento de estruturas textuais e de tipos de discurso determinará, em grande medida, suas expectativas em relação ao texto, as quais exercem um papel considerável na compreensão" (KLEIMAN, 1989, p. 20).

Outrossim, para que haja uma compreensão do texto, é necessário também que os conhecimentos extralinguísticos (conhecimento de mundo, conhecimento partilhado) sejam ativados e operados conscientemente. São esses conhecimentos que permitem ao leitor fazer as **inferências** necessárias para interligar as diferentes partes discretas do texto num todo coerente. Tais inferências – acionadas pelos conhecimentos extralinguísticos e presentes em itens lexicais do texto –, no entanto, são inconscientes no processo de compreensão textual. É importante, portanto, que o(a) educando(a) perceba a necessidade de ler, acionando esses conhecimentos, em busca da produção de sentido, do estabelecimento da interação leitor-autor, em vez de adotar uma atitude meramente passiva.

Quanto à relação escrita/leitura, Ferreiro (1991) ainda sustenta que a escrita tem sido considerada como uma representação da linguagem ou como um código de transcrição gráfica das unidades sonoras. No caso da criação de uma representação, nem os elementos nem as relações estão predeterminados. Convém ressaltar ainda que a criança reinventa o sistema quando procura compreender seu processo de construção e suas regras de produção. No caso da codificação, tanto os elementos como as relações já estão predeterminados.

Nesse caminho, é importante recordar a teoria linguística de Ferdinand de Saussure (2000), para quem o signo linguístico é uma união indissolúvel entre um significante e um significado, demonstrando o caráter bifásico do signo. Mas nenhum sistema de escrita, como mencionado anteriormente, conseguiu representar de maneira equilibrada a natureza bifásica do signo linguístico, pois a escrita do tipo alfabético procurou representar diferenças entre significantes, e a do tipo ideográfico procura representar diferenças entre significados. Eis uma ilustração do signo linguístico.

So Signo Linguístico.

inferências

Substantivo feminino 1 ação ou efeito de inferir; conclusão, indução 2 Rubrica: lógica. operação intelectual por meio da qual se afirma a verdade de uma proposição em decorrência de sua ligação com outras já reconhecidas como verdadeiras 3 Derivação: por extensão de sentido. proposição admitida como verdadeira em virtude dessa operação 4 Rubrica: estatística. Operação que consiste em, tomando por base amostras estatísticas, efetuar generalizações.

Essa dicotomia, por sua vez, apresenta consequências (escrita como representação versus escrita como código de transcrição). Primeiro, na escrita como codificação, a aprendizagem é concebida como aquisição de uma técnica. Na escrita como representação, a aprendizagem se converte na apropriação de um novo objeto de conhecimento – aprendizagem conceitual. Ademais, as crianças não adquirem a escrita apenas quando são submetidas a um ensino sistemático.

No entanto, a escrita continua sendo ensinada como codificação, na medida em que o(a) educando(a) não produz um texto, mas repete estruturas canônicas de produção, sem se apropriar de um novo objeto de conhecimento. Como bem argumenta Ferreiro (1991, p.102), "é necessário entender que a aprendizagem da linguagem escrita é muito mais que a aprendizagem de um código de transcrição: é a construção de um sistema de representação".

CONCLUSÃO

Como sabemos, muitas crianças, vivem em contato com vários tipos de escrita: logotipos, placas de trânsito, rótulos e cartazes, além de textos de revistas, jornais, televisão etc. Esses contatos devem ser aproveitados pelo(a) professor(a). Nesse sentido, este(a) pode fazer uma reflexão sobre as possibilidades da escrita, esclarecendo que marcas muito pessoais restringem a possibilidade de leitura e que, para facilitar a comunicação entre todas as pessoas de uma sociedade, estabeleceu-se um código, convencionou-se um desenho para as letras. Dessa forma, como já mencionamos anteriormente, estaremos esclarecendo a criança sobre o jogo, as peças do jogo.

RESUMO

Ao longo desta aula, nós lhe apresentamos uma série de controvérsias quanto aos sistemas de escrita de que dispomos e o caráter bifásico do signo linguístico. A partir disso, observamos os problemas que envolvem o processo de alfabetização, haja vista a tendência de os profissionais se basearem na escrita como código de transcrição gráfica. Por conseguinte, perdemos a função primordial da escrita, que é possibilitar a leitura. Nesse caminho, introduzimos os pontos de vista de alguns teóricos, esclarecendo sobre a importância de se proceder a uma leitura que vai além dos aspectos linguísticos. Ou seja, para que possamos ler efetivamente, devemos acionar conhecimentos linguísticos e extralinguísticos. Daí a grande dificuldade de introduzirmos efetivamente as crianças no mundo letrado.

ATIVIDADES

1. Estabeleça a diferença entre a escrita baseada no significante e a baseada no significado. Qual a consequência desse fato?

2. Elenque argumentos para o seguinte postulado de Cagliari (2002): o principal objetivo da escrita é permitir a leitura.
3. Discuta sobre a argumentação de Ferreiro (1991) e Kleiman (1989), para quem a leitura ocorre muito antes de a criança ser alfabetizada.
4. Discorra sobre o postulado de Kleiman (1989), segundo o qual a compreensão de um texto envolve aspectos linguísticos e extralinguísticos.
5. Analise a seguinte diferença que Ferreiro (1991) estabelece entre dois modelos de ensino de escrita: a escrita como representação versus a escrita como código de transcrição gráfica das unidades sonoras (codificação/decodificação).
6. Relacione os sistemas de escrita e a teoria do signo linguístico de Saussure (2000).
7. Quais as consequências relacionadas à problemática da natureza bifásica do signo linguístico e os sistemas de escrita?
8. Qual, então, a função das letras?
9. Comente sobre o seguinte argumento de Ferreiro (1991, p. 102): "É necessário entender que a aprendizagem da linguagem escrita é muito mais que a aprendizagem de um código de transcrição: é a construção de um sistema de representação".

AUTOAVALIAÇÃO

1. Diante do caráter bifásico do signo linguístico, como trabalhar a escrita enquanto representação?
2. Você conhece crianças/adultos que foram submetidos a uma alfabetização pautada na escrita enquanto código de transcrição gráfica? Posicione-se como professor(a) desses(as) estudantes. Quais as suas atitudes frente a esse desafio?

PRÓXIMA AULA

Dando continuidade aos nossos estudos sobre a alfabetização, apresentaremos a você os postulados teóricos de Ferreiro (1991) sobre a construção do conhecimento da escrita. Tais teorias, por seu turno, muitas vezes são questionadas e rebatidas pelos linguistas, haja vista estes preferirem um enfoque sociointeracional de aprendizagem (lembra o que abordamos na 1ª aula?). Mesmo assim, achamos importante que você conheça essas teorias, dada a importância dessa pesquisadora na área de conhecimento abordada neste curso.

REFERÊNCIAS

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 2001.
FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. Trad. Horácio Gonzales (et. al.) 18 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.
HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss eletrônico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva Ltda., 2009
KATO, M. A. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolingüística**. São Paulo: Ática, 2003.
KLEIMAN, A. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1989
SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. Trad. De Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein.24 ed. São Paulo: Ed. Cultrix Ltda., 2000.